

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2025/2026

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS E DE CRÉDITO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, doravante abreviadamente designado SINDICATO, por seu representante Sr. Valdir Schwarztzhaupt Brusch, Presidente, inscrito no CPF sob nº 356.775.620-68 e a **CABERGS – CAIXA DE ASSISTENCIA DOS EMPREGADOS DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, doravante abreviadamente designada como ENTIDADE, representada por seu Diretor Presidente Sr. Fernando Zingano, inscrito no CPF sob o nº 382.919.400-53, seu Diretor Financeiro e Administrativo Sr. Carlos Augusto Grazziotin, inscrito no CPF sob o nº 277.270.840-34, firmam o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, nos termos do artigo 611 da CLT, mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – REPOSIÇÃO SALARIAL

A ENTIDADE concederá, a partir de 01 de janeiro de 2025 a todos os seus empregados abrangidos por este Acordo, entendendo-se como tal os contratos em vigor naquela data, a reposição salarial de 5,27% (cinco vírgula vinte e sete por cento), sobre as parcelas mensais de ordenado e adicional de ordenado vigentes em 31 de dezembro do ano de 2024, não sendo consideradas as verbas que tiverem regras próprias neste Acordo, para efeito de aplicação do reajuste previsto nesta cláusula.

Parágrafo Primeiro – Além do previsto no "caput" desta cláusula, a ENTIDADE concederá uma única vez no prazo de vigência deste Acordo, a todos os seus empregados por ele abrangidos, um Abono no valor de R\$ 3.630,00 (três mil, seiscentos e trinta reais).

Parágrafo Segundo – O Abono previsto no parágrafo anterior será pago aos empregados ativos através de crédito, disponibilizado no cartão BanricardPresente, no mês de janeiro de 2025 e no mês de janeiro de 2026.

Parágrafo Terceiro – O Abono ora concedido observou a proporcionalidade dos meses efetivamente trabalhados pelos empregados no ano de 2024 e no ano de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – SALÁRIO NORMATIVO

Na vigência do presente acordo, nenhum empregado da ENTIDADE com contrato de trabalho por prazo indeterminado e jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais poderá receber salário base inferior a R\$ 1.674,94 (um mil, seiscentos e setenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), com exceção do pessoal de portaria, copa, cozinha, limpeza e assemelhados, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, que terão salário base de R\$ 1.615,71 (um mil, seiscentos e quinze reais e setenta e um centavos), admitindo-se, em ambos os casos, a proporcionalidade salarial, na hipótese de jornada reduzida.

CLÁUSULA TERCEIRA – ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

Após cada ano de trabalho, aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 2015, contado a partir da data de admissão ou readmissão, o empregado receberá a quantia mensal de R\$ 64,21 (sessenta e quatro reais e vinte e um centavos), por ano de trabalho efetivo, a título de anuênio, o qual integrará a remuneração para todos os efeitos legais.

Parágrafo Primeiro – O empregado poderá optar pelo congelamento da quantidade de seus anuênios, desde que manifeste sua opção, a qualquer momento, por escrito, à área de Recursos Humanos da ENTIDADE.

Parágrafo Segundo – Ao optar pelo congelamento da quantidade de seus anuênios, previsto no parágrafo primeiro, o empregado terá direito ao pagamento único de verba remuneratória no valor de R\$ 1.602,91 (um mil, seiscentos e dois reais e noventa e um centavos), que será realizado pela ENTIDADE juntamente com a folha de pagamento do mês posterior à adesão.

Parágrafo Terceiro – Caso o empregado faça a opção pelo congelamento de seus anuênios, os mesmos serão corrigidos pelo mesmo índice percentual e na mesma data de reajuste das demais cláusulas econômicas.

CLÁUSULA QUARTA – VALE-REFEIÇÃO

A ENTIDADE concederá aos seus empregados vales-refeição, no valor de R\$ 50,46 (cinquenta reais e quarenta e seis centavos), por dia, sem haver a participação dos empregados no respectivo custeio.

Parágrafo Primeiro – Atendidos os critérios fixados no "caput" desta cláusula, a ENTIDADE fornecerá aos seus empregados que não tenha faltado ao serviço, antecipados e mensalmente, até a data do pagamento dos salários do mês anterior ao do benefício, à quantidade mínima mensal de 22 (vinte e dois) vales-refeição, inclusive nos períodos de licença maternidade e gozo de férias e, ainda, nas hipóteses de afastamento por doença ou acidente do trabalho, nestes dois últimos casos, até o 15º (décimo quinto) dia, contado da data do início do afastamento.

Parágrafo Segundo – Os empregados poderão optar pela troca, em valores iguais, de 50% (cinquenta por cento) ou 100% (cem por cento) dos vales-refeição por vales- alimentação, desde que manifestem sua opção, por escrito, à área de Recursos Humanos da ENTIDADE até o 5º (quinto) dia dos meses de janeiro e julho de cada ano, valendo essa opção pelo prazo irretratável de um semestre completo.

Parágrafo Terceiro – O benefício concedido por força desta cláusula, salvo disposição legal em contrário, não tem, nem terá, natureza salarial, razão pela qual são indevidas quaisquer integrações ou reflexos trabalhistas, uma vez que tem natureza indenizatória e é atribuído em conformidade ao regimento do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

Parágrafo Quarto – Em qualquer das hipóteses de afastamento previstas no § 1º desta cláusula, com exceção do período de férias, não serão consideradas as conversões previstas no § 2º, recebendo o empregado os valores originais previstos no "caput".

Parágrafo Quinto – Os vales-refeição referidos no "caput" poderão também ser substituídos por cartão eletrônico, mantida a disponibilidade mensal na forma prevista nesta cláusula.

CLÁUSULA QUINTA – VALE- ALIMENTAÇÃO

A ENTIDADE concederá aos seus empregados vales-alimentação, no valor de R\$ 1.284,24 (um mil, duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), por mês, sem haver a participação dos empregados no respectivo custeio, cuja entrega será realizada juntamente com os vales-refeição, previsto na cláusula anterior, de natureza indenizatória e também vinculados ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

Parágrafo Primeiro – Atendidos os critérios fixados no "caput" desta cláusula, a ENTIDADE fornecerá aos seus empregados que não tenham faltado ao serviço, antecipados e mensalmente, até o dia do pagamento dos salários do mês anterior ao do benefício, vales-alimentação, inclusive nos períodos de gozo de férias, licença maternidade e afastamento por doença ou acidente do trabalho, por um período de até 180 (cento e oitenta) dias no ano. Na hipótese do empregado que estiver em licença por doença ou acidente retornar ao trabalho e novamente voltar a se afastar pelo mesmo diagnóstico, num lapso temporal de até 60 (sessenta) dias, será contado como prazo contínuo.

Parágrafo Segundo – Em qualquer das hipóteses de afastamento previstas no § 1º desta cláusula, com exceção do período de férias, não serão consideradas as conversões previstas no § 2º, recebendo o empregado os valores originais previstos no "caput".

Parágrafo Terceiro – Os vales-alimentação referidos no "caput" poderão também ser substituídos por cartão eletrônico, mantida a disponibilidade mensal na forma prevista nesta cláusula.

CLÁUSULA SEXTA – VALE-ALIMENTAÇÃO EXTRA

Será concedido aos empregados com contrato de trabalho vigente em dezembro de 2025 e dezembro de 2026, um vale alimentação extra no valor de R\$ 1.284,24 (um mil, duzentos e oitenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Parágrafo Primeiro – O vale alimentação ora outorgado será pago no mês de dezembro de 2025 e dezembro de 2026 e observará a proporcionalidade dos meses efetivamente trabalhados pelos empregados, na vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo Segundo – Excluem-se do benefício concedido nesta Cláusula, os empregados cujo contrato de trabalho seja rescindido por qualquer motivo ao longo do ano de 2025 e 2026.

Parágrafo Terceiro – Não serão objetos de proporcionalidade, conforme descrito no parágrafo primeiro, os casos de afastamentos dos empregados em decorrência de auxílio doença, auxílio acidente do trabalho e licença maternidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – VALE TRANSPORTE

Os empregados que percebam salários de até R\$ 5.245,79 (cinco mil, duzentos e quarenta e cinco reais e setenta e nove centavos), mensais terão descontado dos seus salários o percentual de 3% (três por cento), a título de vale-transporte.

Parágrafo Único – Para fins da presente cláusula, entenda-se por salários os valores pagos mensalmente ao empregado a título de ordenado e adicional de ordenado.

CLÁUSULA OITAVA – AUXÍLIO-CRECHE / AUXÍLIO-BABÁ

A ENTIDADE reembolsará aos seus empregados, que tenham filhos, inclusive adotivos, para cada filho, do nascimento até 12 (doze) meses, as despesas realizadas e comprovadas com creches, babá ou instituições análogas, de sua livre escolha, até o valor de R\$ 1.134,73 (um mil, cento e trinta e quatro reais e setenta e três centavos), por mês. Aos empregados que tenham filhos com a idade de 13 (treze) a 84 (oitenta e quatro) meses, será concedido o reembolso até o valor de R\$ 503,34 (quinhentos e três reais e trinta e quatro centavos), por mês, para as despesas realizadas e comprovadas com as instituições já referidas ou o pagamento de empregada doméstica/babá, mediante a entrega do recibo

de pagamento e recolhimento dos impostos desta, ambos até o dia 10 de cada mês e desde que tenha seu contrato registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo Primeiro – Quando ambos os cônjuges ou companheiros forem empregados da mesma empresa o pagamento não será cumulativo, obrigando-se os empregados a designarem, por escrito, à ENTIDADE, aquele que deverá perceber o benefício.

Parágrafo Segundo – Idêntico reembolso e procedimentos previstos nesta cláusula estendem-se aos empregados que tenham filhos com deficiência que exijam apoio permanente, sem limites de idade, desde que tal condição seja comprovada por documentos hábeis.

Parágrafo Terceiro – A data de pagamento do benefício ocorrerá junto com a folha de pagamento do mês.

Parágrafo Quarto – Os signatários reconhecem e declaram que a concessão da vantagem de que trata esta cláusula atende ao disposto nos parágrafos primeiro e segundo do artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho e da Portaria número 1 (hum) baixada pelo Diretor do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, em 15-01-1969 (DOU 24-01-1969), bem como na Portaria n.º 3296, do Ministério do Trabalho (DOU 05-09-1966) ou por legislação ou normatização posterior pertinente.

Parágrafo Quinto – As partes reconhecem e declaram que o pagamento do auxílio previsto nesta cláusula não integrará a remuneração, portanto, não tem e nem terá natureza salarial, razão pela qual são com base nele indevidas quaisquer integrações ou reflexos trabalhistas.

CLÁUSULA NONA – INDENIZAÇÃO POR MORTE OU INVALIDEZ

A ENTIDADE pagará aos seus empregados, ou aos respectivos dependentes legais, indenização correspondente a R\$ 107.527,60 (cento e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais e sessenta centavos), no caso de morte ou invalidez permanente em decorrência de acidente sofrido pelo empregado quando em serviço.

Parágrafo Único – Nos demais casos de morte, natural ou acidental, ou de invalidez, total ou parcial, a ENTIDADE pagará aos seus empregados ou respectivos dependentes legais, indenização correspondente a R\$ 53.763,82 (cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA – 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO / ANTECIPAÇÃO

A ENTIDADE pagará aos seus empregados 50% (cinquenta por cento) da remuneração, como adiantamento do 13º (décimo terceiro) salário, por ocasião do gozo de férias, sendo considerado para tal, as com início de gozo a partir do mês de janeiro. Aqueles empregados que não gozarem férias até 30 (trinta) de maio de 2025 e 30 (trinta) de maio de 2026 e que o desejarem, poderão requerer, naquela data, à área de Recursos Humanos o pagamento do adiantamento aqui previsto, proporcionalmente aos meses efetivamente trabalhados. O pagamento ocorrerá no mês subsequente ao do pedido.

Parágrafo Único – O referido adiantamento será calculado com base no salário vigente na data do pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FÉRIAS PROPORCIONAIS

O empregado com menos de um ano de serviço, que rescindir o seu contrato de trabalho com a ENTIDADE, fará jus a férias proporcionais de 1/12 (um doze avos) para cada mês completo de efetivo

Rua Riachuelo, 914 - Centro – Porto Alegre/RS – CEP 90.010-272.

sindicato@securitariosrs.org.br
<http://www.securitariosrs.org.br>

serviço.

Parágrafo Único – Para efeito desta cláusula, é considerado mês completo de serviço o período igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho efetivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FÉRIAS

É facultado ao empregado, inclusive menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos, solicitar o fracionamento de suas férias em até 02 (dois) períodos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Além das hipóteses previstas no artigo 473 da CLT, por força do presente acordo, são consideradas ausências justificadas as seguintes:

- Cinco dias consecutivos: em caso de falecimento de cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente, mediante comprovação (certidão de óbito);
- Dois dias consecutivos: em caso de falecimento de sogro(a), genro ou nora, tio(a), sobrinho(a), ou cunhado(a) mediante comprovação (certidão de óbito);
- Cinco dias consecutivos: em virtude de casamento, nascimento de filho, mediante comprovação (certidão);
- Dois dias: no máximo, contado em horas (16 horas) mediante comprovação por atestado médico, no período de vigência deste acordo, para a mãe ou o pai acompanhar o filho menor de até 16 (dezesseis) anos inclusive, em consulta médica e até o máximo de 15 (quinze) dias em caso de doença;

Parágrafo Primeiro – Quando ambos os cônjuges ou companheiros forem empregados da mesma empresa, obrigam-se os empregados a designarem, por escrito, à ENTIDADE, aquele que deverá optar pela licença, no caso de acompanhamento de filho menor.

Parágrafo Segundo – Entendem-se por ascendentes consanguíneos, pais, avós, bisavós, por descendentes, filhos, netos e bisnetos, colateral, irmão e irmã.

Parágrafo Terceiro – O atestado médico que comprova o afastamento do empregado deverá ser entregue, impreterivelmente, até a data do seu retorno ao trabalho, sob pena de não ser mais aceito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – LICENÇA-PATERNIDADE

A ENTIDADE concederá ao empregado, desde que comprove em até 02 (dois) dias úteis após o parto, a prorrogação da licença-maternidade por até 08 (oito) dias, com o custo suportado pela ENTIDADE, sem prejuízo do emprego e do salário, garantidas as demais vantagens previstas em Lei e neste Acordo Coletivo de Trabalho, condicionado à participação no POG – Programa de Orientação a Geração, ministrado pela ENTIDADE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ABONO ASSIDUIDADE

A ENTIDADE garantirá a todos os seus empregados o direito a 04 (quatro) dias úteis de abono assiduidade no período de vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo Primeiro – O benefício será concedido a todos os empregados que não tenham: a) altas injustificadas; b) licença para tratamento de saúde superior a 15 dias corridos; c) sanção disciplinar ou qualquer outra restrição disciplinar apuradas no ano anterior, com exceção dos empregados contratados no período de vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

Parágrafo Segundo – O empregado que tiver direito ao abono e não gozar no período de vigência do

Rua Riachuelo, 914 - Centro – Porto Alegre/RS – CEP 90.010-272.

sindicato@securitariosrs.org.br
<http://www.securitariosrs.org.br>

presente Acordo, não terá o benefício transferido para o ano seguinte, bem como, não terá os dias convertidos em remuneração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – AUXÍLIO EDUCAÇÃO

A ENTIDADE, na vigência deste Acordo, garantirá o auxílio educação nos moldes propostos e conforme projetos implantados, por ela, individualmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SALÁRIO DO SUBSTITUTO

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, o empregado substituto fará jus ao ordenado da faixa salarial inicial do mesmo cargo que o substituído, excluídas as vantagens pessoais, entendendo-se como não eventual a substituição que perdurar por mais de 30 (trinta) dias corridos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ESTABILIDADE PROVISÓRIA - APOSENTADORIA

Fica vedada a despedida sem justa causa, no período de 24 (vinte e quatro) meses anteriores à aquisição do direito à aposentadoria voluntária junto à previdência oficial, do empregado que trabalhe há mais de 05 (cinco) anos seguidos na empresa, desde que comunique o fato, formalmente, à ENTIDADE.

Parágrafo Único – Adquirido o direito à aposentadoria, seja integral ou proporcional, extingue-se a estabilidade provisória de que trata esta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – GRATIFICAÇÃO DE APOSENTADORIA

Aos empregados, que tenham 10 (dez) anos de serviços prestados de forma ininterrupta à ENTIDADE, quando dela vierem a desligar-se definitivamente, exclusivamente por motivo de aposentadoria, será pago um abono equivalente ao seu último salário nominal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPENSA DO AVISO PRÉVIO

Garantir-se-á dispensa do cumprimento do aviso prévio, por parte do empregado despedido ou que vier a pedir demissão, no momento em que o mesmo comprovar a obtenção de nova colocação, ficando a ENTIDADE desonerada do pagamento dos dias restantes não trabalhados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DIA DO SECURITÁRIO

Fica estabelecido que a 3ª (terceira) segunda-feira do mês de outubro será reconhecida como "Dia do Securitário", sendo considerado como dia de repouso remunerado e computado no tempo de serviço para todos os efeitos legais. Por opção do empregado, esse dia poderá ser compensado por outro de licença remunerada. Por acordo formalizado entre as partes, este dia de repouso poderá ser usufruído em outra data até 31 de dezembro do mesmo ano, sob pena de perda da vantagem. O benefício não será concedido aos empregados que tiverem sido admitidos na ENTIDADE após o Dia do Securitário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – JORNADA DE TRABALHO

A jornada normal de trabalho dos empregados da ENTIDADE será de 40 (quarenta) horas semanais, com exceção do pessoal que desempenha suas funções na portaria, copa, cozinha, limpeza e assemelhados, cuja jornada de trabalho, será de até 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Parágrafo Primeiro – As partes acordantes ajustam a flexibilização diária em até 15 (quinze) minutos dos horários de entrada e de saída e dos intervalos para refeições.

Parágrafo Segundo – Por conveniência operacional, a jornada mensal de trabalho, para efeito do cálculo

e pagamento de horas extras será computada no dia 1º (primeiro) ao último dia do mesmo mês. O pagamento e o desconto das ocorrências ocorrerão sempre no mês subsequente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – SISTEMA ALTERNATIVO ELETRÔNICO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO

A Entidade manterá o Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, aqui denominado simplesmente de “Sistema de Ponto Eletrônico”, para a coleta das marcações da jornada de seus empregados através de um sistema de controle de jornada de trabalho, conforme preconiza o parágrafo 2º do artigo 74, da Consolidação das Leis de Trabalho e artigo 2º da Portaria nº 373, de 25/01/2011 do Ministério do Trabalho.

Parágrafo Primeiro – Fica assegurado ao SINDICATO, através de seus representantes legais acompanhados de técnicos, a realização de reunião para exame do Sistema Alternativo de Controle de Jornada de Trabalho, de que se trata este Acordo Coletivo de Trabalho, sempre que houver dúvida ou denúncia fundamentada de que o uso do mesmo esteja em desacordo com a legislação vigente, ou com as normas aqui acordadas

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – AMPLIAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE

A empregada gestante tem direito a prorrogação da licença maternidade por mais 30 dias com o custo suportado pela Entidade, sem prejuízo do emprego e do salário, garantidas as demais vantagens previstas em Lei e neste Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – BANCO DE HORAS

Acordam as partes em instituir na ENTIDADE o **BANCO DE HORAS** a contar do mês de janeiro de 2025, de que trata o artigo 59 da Consolidação das Leis do Trabalho com a redação dada pelo artigo 6º (sexto) da Lei n.º 9.601, de 21 de janeiro de 1998 e legislação posterior pertinente, podendo ser compensadas as horas extras realizadas entre segundas e sextas-feiras.

Estão abrangidos por este Banco de Horas, somente os empregados que cumprem expediente na Sede Central, sito a Rua Siqueira Campos nº 736. O trabalho realizado em sábados, domingos e feriados será objeto de compensação para o Banco de Horas, devendo a empresa conceder dobradas as horas trabalhadas nesses dias.

Parágrafo Primeiro – A compensação poderá dar-se por descanso, quando o conjunto de horas a serem compensadas seja inferior a uma jornada de trabalho, ou folga, quando este conjunto for igual ou superior a uma jornada.

Parágrafo Segundo – As horas registradas no Banco de Horas, a partir de janeiro de 2025, serão compensadas em descanso ou folga e far-se-á na proporção de uma hora de descanso ou folga para cada hora trabalhada.

Parágrafo Terceiro – As horas compensadas com descanso ou folga não terão reflexo no repouso semanal remunerado, nas férias, no décimo terceiro salário, no aviso prévio ou em qualquer outra verba remuneratória.

Parágrafo Quarto – A compensação das horas com descanso ou folga poderá se dar fora do módulo semanal, ou seja, a qualquer tempo, mediante acordo entre o empregado e o empregador, ficando, entretanto, vedado o acúmulo de horas compensáveis em quantidade superior a 40 (quarenta) horas. Caso isto ocorra, as horas excedentes a 40 (quarenta) serão remuneradas como extras.

Parágrafo Quinto – O gerenciamento do Banco de Horas se dará através das normas operacionais, a ser estabelecidas com a criação do processo de controle, de responsabilidade da Área de Gestão de Pessoas, obrigando-se a Entidade, a qualquer tempo, quando solicitado pelo empregado, o direito de acesso à planilha correspondente ao seu Banco de Horas.

Parágrafo Sexto – O Banco de Horas será obrigatoriamente zerado semestralmente. Ao término desse período será verificado o total de horas trabalhadas e o total de horas compensadas. Havendo crédito do empregado em relação à empresa, as horas não compensadas serão computadas e remuneradas com o adicional de hora extra de 50% (cinquenta por cento) pagas juntamente com o salário do mês subsequente. As horas não compensadas ao final do semestre supra, indicado serão integradas ao salário, pela média física, para efeitos de pagamento de gratificação natalina, férias, adicional noturno, adicional de periculosidade e auxílio previdenciário. Havendo débito dos empregados em relação à empresa, as horas não pagas, serão descontadas.

Parágrafo Sétimo – Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, o empregado submetido ao regime de compensação previsto nesta cláusula fará jus às horas trabalhadas além da jornada normal com acréscimo de 50% (cinquenta por cento), calculadas sobre o valor da remuneração na data do pagamento.

Parágrafo Oitavo – A compensação horária prevista no presente Acordo Coletivo só será válida se pré-avisado o empregado a ela submetida, por escrito, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas. Poderá o empregado solicitar dispensa por conta do banco de horas desde que tal solicitação ocorra no mesmo prazo referido anteriormente.

Parágrafo Nono – Nas hipóteses em que houver necessidade do empregado afastar-se do trabalho, por algumas horas, dentro de um dos turnos, gerando saldo negativo de horas, o mesmo poderá compensá-las posteriormente, observado o disposto no Parágrafo Oitavo.

Parágrafo Décimo – Todo e qualquer Acordo referente a compensação de Horas de Trabalho – Banco de Horas – sem negociação coletiva, será considerado nulo, sendo de direito o pagamento referente às horas extras não compensadas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – NATUREZA DOS BENEFÍCIOS

Sobre as importâncias pagas na forma das cláusulas 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª e 9ª, por sua natureza indenizatória, salvo disposição legal em contrário, não incidirão qualquer espécie de desconto trabalhista.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – CONTRATOS ESPECIAIS

O presente acordo não se aplica aos empregados que percebam remuneração especial fixada para contrato de trabalho por prazo determinado, excetuando-se o contrato de experiência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DELEGADO SINDICAL

Será assegurada estabilidade provisória, pelo período de vigência do presente Acordo, acrescida de mais 01 (um) ano, para o Delegado Sindical eleito por Assembleia Geral dos Empregados, coordenada pelo Sindicato, ou de forma virtual.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DIRIGENTE SINDICAL

Durante a vigência do presente Acordo, a ENTIDADE concederá licença, sem remuneração, mas, sem prejuízo do cômputo de tempo de serviço, a, no máximo, um empregado, durante o tempo em que ele,

no prazo deste ajuste, estiver em efetivo exercício da Diretoria do Sindicato Laboral firmatário do presente.

Parágrafo Único – Esta cláusula não exclui o direito do empregado licenciado para exercício de mandato sindical receber da ENTIDADE as vantagens salariais proporcionais às horas e ou dias nela efetivamente trabalhadas, se, por ela, ENTIDADE, for convocado aos seus serviços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

Nos termos da Assembleia Geral da categoria, à luz do disposto no artigo 545 da CLT, a ENTIDADE se obriga a descontar de todos os empregados 01 (um) dia de remuneração do empregado, no mês de fevereiro de 2025, a título de contribuição assistencial, garantido o direito de oposição do trabalhador.

Parágrafo Primeiro - O SINDICATO declara que o formato de desconto de que trata esta cláusula foi devidamente elucidado por seus representantes aos trabalhadores presentes na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 04/12/2024, e que foi garantido o direito de oposição naquela ocasião. Assegura, ainda, que a Assembleia foi especialmente convocada nos termos do art. 612 da CLT combinado com o § 2º do art. 617 do mesmo diploma consolidado e de acordo com as prerrogativas do SINDICATO previstas na letra "e" do art. 513 da CLT e art. 8º, IV da Constituição Federal. Por fim, refere que a decisão tomada em Assembleia Geral está em consonância com o voto vencedor do Ministro Roberto Barroso no Acórdão proferido no Recurso Extraordinário 1.018.459 do Supremo Tribunal Federal, sufragado pela maioria dos Ministros, no qual ficou estipulado que a cobrança a título de contribuição assistencial é devida tanto pelos sócios como não associados ao sindicato, uma vez garantido o direito de oposição individual dos trabalhadores na ocasião da referida Assembleia de instauração da negociação coletiva, o que de fato ocorreu.

Parágrafo Segundo - O recolhimento dos valores constantes desta cláusula deverá ser repassado ao Sindicato dos Securitários do RS, através de crédito em conta corrente, no Banco Santander (33), Agência 1.001, conta corrente 13.002770-6, até 10 (dez) dias após os descontos.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – PRESERVAÇÃO DAS VANTAGENS JÁ CONCEDIDAS

A ENTIDADE se obriga a manter os benefícios individuais em condições eventualmente mais vantajosas já concedidas ao empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Será competente a Justiça do Trabalho para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Acordo Coletivo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Para efeito de prorrogação, revisão, renúncia ou revogação deste Acordo Coletivo, observar-se-á o disposto no artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – MULTA

O não cumprimento das condições aqui pactuadas acarretará uma multa no valor de R\$ 39,37 (trinta e nove reais e trinta e sete centavos), revertida em favor do empregado eventualmente prejudicado, sem prejuízo dos juros legais e atualização monetária.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – AVALIAÇÃO E DESEMPENHO

A ENTIDADE se obriga a manter o Programa de Avaliação e Desempenho para os empregados, que foi implementado no ano de 2012, e suas atualizações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO TELETRABALHO

Considera-se teletrabalho ou trabalho remoto, para fins deste Acordo Coletivo de Trabalho, o regime híbrido de prestação de serviços fora das dependências do empregador, de maneira preponderante ou não, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação, que, por sua natureza, não configure trabalho externo.

Parágrafo Primeiro - Cabe à Empresa a determinação das funções/atividades e empregados elegíveis ao teletrabalho. A quantidade de dias e períodos em que o trabalho será realizado presencial e remotamente será acordada entre gerente imediato e empregado.

Parágrafo Segundo - A prestação de serviços na modalidade de teletrabalho deverá ser formalizada através de termo de alteração de contrato de trabalho, nos termos do artigo 75-C da CLT.

Parágrafo Terceiro - Poderá ser realizada, a qualquer tempo, a alteração do regime de teletrabalho para o presencial por determinação da Empresa ou por solicitação do empregado, mediante comunicação formal, garantindo o prazo de transição mínimo de 15 (quinze) dias corridos, com a respectiva alteração do contrato de trabalho, nos termos do artigo 75-C, §2º da CLT.

Parágrafo Quarto - Havendo necessidade de alteração nos dias e horários de permanência em teletrabalho por solicitação da empresa, o empregado deverá atender a definição de seu gerente imediato.

Parágrafo Quinto - O empregado em regime de teletrabalho será abrangido pelo controle da jornada de trabalho, devendo obrigatoriamente efetuar o registro de ponto, por meio de ferramenta disponibilizada pela Empresa, respeitando sua jornada de trabalho contratual, observando os intervalos para refeição, períodos de descanso, e demais regramentos relativos à jornada de trabalho previstos na legislação e nas normas internas.

Parágrafo Sexto - Caso o empregado se mantenha conectado à rede corporativa em horário fora da jornada de trabalho, utilizando ferramentas tecnológicas fornecidas pela empresa, tais como aplicativos, e-mails ou programas/sistemas necessários ao desenvolvimento de suas atividades, não caracterizará sobreaviso, prontidão, tempo à disposição do empregador e tampouco configurará trabalho extraordinário, salvo se autorizado por escrito a fazê-lo, inclusive podendo o empregado sofrer sanções disciplinares pelo descumprimento deste parágrafo.

Parágrafo Sétimo - A Empresa será a única responsável pela aquisição e manutenção dos equipamentos tecnológicos (notebook com cabo e carregador e mochila para notebook), sendo o Empregado único responsável pela infraestrutura necessária e adequada à prestação do trabalho remoto. Os equipamentos de infraestrutura, as quais serão custeadas pelo próprio empregado, não integram a remuneração do empregado para nenhum fim.

Parágrafo Oitavo - A Empresa não arcará com qualquer despesa que seja decorrente do teletrabalho ou por consequência deste, bem como da mudança do regime de teletrabalho para o presencial, ficando somente a cargo do empregado, nos termos do artigo 75-D da CLT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Leis Aplicáveis à Proteção de Dados” significam todas as leis, normas e regulamentos que regem o tratamento de dados pessoais, especificamente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – LGPD), além das normas e regulamentos adotados pelas competentes autoridades de proteção de

dados. Estas leis determinarão as diretrizes para o desenvolvimento das atividades relativas à execução do presente Acordo Coletivo, onde as PARTES observarão o regime legal de privacidade e realizando todo e qualquer tratamento de dados pessoais que se fizer necessário ao desenvolvimento deste Acordo Coletivo em observância aos ditames da referida lei e aos normativos internos do CONTRATANTE.

Parágrafo Único – Expressões utilizadas, tais como, “titular de dados”, “dados pessoais”, “dados pessoais sensíveis”, “tratamento”, “controlador”, “operador”, “violação”, etc., serão interpretadas com base no significado atribuído a elas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em seu artigo 5º. No sentido dado pela legislação vigente aplicável, a ENTIDADE é considerada “controladora de dados” e o SINDICATO, por sua vez “operador de dados”.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – ABRANGÊNCIA

O Acordo Coletivo de Trabalho é válido para todos os empregados, independente de faixa de escolaridade e de remuneração em que se enquadram.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – VIGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses para as cláusulas sociais, a partir de 01.01.2025 até 31.12.2026, o mesmo ocorrendo em relação ao conteúdo jurídico das Cláusulas Econômicas, que permanecerá imutável pelo mesmo prazo, exceção feita aos valores nela consignados que terão validade de 12 (doze) meses a partir de 01 de janeiro de 2025, data-base da categoria.

Porto Alegre/RS, 31 de janeiro de 2025.

CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS EMPREGADOS DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Assinado eletronicamente por:
Fernando Zingano
CPF: ***.919.400-**
Data: 05/02/2025 15:42:48 -03:00

Fernando Zingano
Diretor Presidente

Assinado eletronicamente por:
Carlos Augusto Grazziotin
CPF: ***.270.840-**
Data: 05/02/2025 12:01:02 -03:00

Carlos Augusto Grazziotin
Diretor Financeiro e Administrativo

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGUROS PRIVADOS E CAPITALIZAÇÃO E DE AGENTES AUTÔNOMOS DE SEGUROS PRIVADOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Assinado eletronicamente por:
Valdir Schwarztzhaupt Brusch
CPF: ***.775.620-**
Data: 05/02/2025 11:29:50 -03:00

Valdir Schwarztzhaupt Brusch
Presidente

Assinado eletronicamente por:
Caio Mucio Torino
CPF: ***.068.640-**
Data: 05/02/2025 11:46:28 -03:00

Dr. Caio Múcio Torino
Consultor Jurídico
OAB/RS 22260



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 5DVU5-K6MKK-4NWD3-QEX4Y

Tipo de assinatura: Avançada

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ Camila Luana Lodi (CPF ***.159.570-**) em 04/02/2025 18:24 - Assinado eletronicamente

| | |
|--|------------------------------------|
| Endereço IP | Geolocalização |
| 189.39.35.129 | Não disponível |
| Autenticação | cam***@cabergs.org.br (Verificado) |
| Login | |
| KmsRTRKRdm5q34cMX0kRESMWJ1ScHOZOw/A1fnwpC+U= | |
| SHA-256 | |

- ✓ Valdir Schwarstzhaupt Bruschi (CPF ***.775.620-**) em 05/02/2025 11:29 - Assinado eletronicamente

| | |
|--|--------------------------------|
| Endereço IP | Geolocalização |
| 179.184.55.195 | Não disponível |
| Autenticação | sin*****@securitariosrs.org.br |
| Email verificado | |
| jJSZ50CFY0FpvsXjZ1MJ0SJAfII0BYsMP1I2/vjBWfE= | |
| SHA-256 | |

✓ Caio Mucio Torino (CPF ***.068.640-**) em 05/02/2025 11:46 - Assinado eletronicamente

| | |
|---|---------------------------------------|
| Endereço IP | Geolocalização |
| 177.7.44.106 | Lat: -30,030914 Long: -51,229549 |
| | Precisão: 20 (metros) |
| Autenticação deb***@calvetetorino.com.br | |
| Email verificado | |
| ugbKmbaolpo4IUYJzWNpVCQaGuY2lGOB/f3ALrO24do= | |
| SHA-256 | |

✓ Carlos Augusto Grazziotin (CPF ***.270.840-**) em 05/02/2025 12:01 - Assinado eletronicamente

| | |
|---|---------------------------------------|
| Endereço IP | Geolocalização |
| 189.39.35.129 | Lat: -30,033000 Long: -51,233900 |
| | Precisão: 733 (metros) |
| Autenticação car*****@cabergs.org.br | |
| Email verificado | |
| P+wro8USjKCN8P6J2zDI6MGqcZay11PtPauUrbCB1M= | |
| SHA-256 | |

✓ Fernando Zingano (CPF ***.919.400-**) em 05/02/2025 15:42 - Assinado eletronicamente

| | |
|---|----------------|
| Endereço IP | Geolocalização |
| 189.39.35.129 | Não disponível |
| Autenticação zin****@cabergs.org.br (Verificado) | |
| Login | |
| FQoB5WE5oe2y/CjDcPLfscD0t6pk+W3gwHjGiLyAb1w= | |
| SHA-256 | |

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://app.ideiasigner.com.br/validate/5DVU5-K6MKK-4NWD3-QEX4Y>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://app.ideiasigner.com.br/validate>